a seguinte redação: "Artigo 26 - A prática de operações de favor em nome da sociedade, tais como fianças, avais, aceites, e outros favores semelhantes, somente poderão ser feitas com as assinaturas de dois (2) diretores"; IV - Inclusão dos §4º e §5º ao artigo 24, com a seguinte redação: "Artigo 24 - §4º - A assembleia geral, por seus acionistas, autorizam a sociedade a participar de quaisquer consórcios, por deliberação da diretoria, desde que o objetivo técnico dos consórcios, estejam vinculados aos objetivos sociais previstos no Artigo 3º dos estatutos sociais; § 5º - A representação da sociedade nas decisões dos consórcios a serem constituídos, será feita isoladamente pelos diretores presidente e vice-presidente e industrial". V) Em face das alterações ora aprovadas, faz-se necessário a consolidação dos estatutos sociais que passam a ter a seguinte redação: COPEM - CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A - ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO EM 15/02/2022 - CAPITULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO. Art. 1º - A COPEM - CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A, é uma Sociedade Anônima de capital fixo, tendo suas atividades regidas pelas disposições legais em vigor que lhes forem aplicáveis e por este Estatuto. Art. 2º - A sociedade tem sua sede e foro à Estrada Icuí-Guarará, s/nº, Quarenta Horas, Coqueiro, CEP. 67.125-000, Município de Ananindeua, Estado do Pará, podendo instalar filiais, depósitos e escritórios, com também nomear representantes, em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, por deliberação da diretoria. Art. 3º - A sociedade tem por objetivo: Fabricação de estruturas metálicas - CNAE 25.11/0-00; Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte - CNAE 30.11/3-02; Construção de edifícios - CNAE 41.20/4-00; Construção de rodovias e ferrovias - CNAE 42.11/1-01; Construção de obras de arte especiais - CNAE 42.12/0-00; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas - CNAE 42.13/8-00; Obras de terraplenagem - CNAE 43.13/4-00; Produção de laminados longos de aço, exceto tubos - CNAE 24.23/7-02; Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central - CNAE 25.21/7-00; Fabricação de esquadrias de metal - CNAE 25.12/9-00; Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras - CNAE 43.99/1-04; Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista - CNAE 49.23/0-02; Locação de automóveis sem condutor - CNAE 77.11/0-00; Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes - CNAE 77.32/2-01; e Montagem de estruturas metálicas - CNAE 42.92/8-01. Art. 4º - E indeterminado o prazo de duração da sociedade. CAPITULO II - CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - Art. 5º - O capital social integralizado é de R\$22.046.493,00, representado por 5.701.493 ações, sem valor nominal, sendo 1.757.749 ações ordinárias e 3.943.744 ações preferenciais. Parágrafo único - As ações representativas do capital estão assim distribuídas: Tapajós Participações Ltda. 1.757.749 ações ordinárias e 3.942.009 ações preferenciais; Daniel Teixeira Dias: 1.735 ações preferenciais. Total do capital integralizado: R\$22.046.493,00. Art. 6º - Poderá a Sociedade a qualquer tempo emitir ações preferenciais e ordinárias, bem como aumentar seu capital social. § 1º - A emissão de ações será feita mediante autorização da Assembleia Geral de Acionistas, ouvido o Conselho Fiscal, obrigatoriamente, se em funcionamento; § 2º - A criação de novos tipos de ações preferenciais ou debêntures, dependerá da aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, ouvido o Conselho Fiscal, obrigatoriamente, se em funcionamento; § 3º - O aumento do capital subscrito dependerá da aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, ouvido o Conselho Fiscal, obrigatoriamente, se em funcionamento; § 4º - O processo de emissão de ações para serem integralizadas com bens, está sujeito às formalidades contidas nos artigos 7º e 8º da Lei 6404, de 15/12/1976. Art. 7º - As ações ordinárias conferirão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. Art. 8º - As ações ordinárias não poderão ser convertidas em preferenciais, nem estas naquelas. Art. 9º - Às ações preferenciais, serão assegurados a participação integral nos termos do §2º do Artigo 8º do Decreto-Lei nº 1376, de 12/1/1974, sendo que as ações subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM que vierem a ser integralizadas com os recursos previstos no "caput" e §2º do Artigo 18 do Decreto-Lei nº 1376/74, serão intransferíveis até a data de emissão do certificado de implantação do projeto pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Art. 10 - Serão distribuídas como bonificações, ações novas aos proprietários de ações ordinárias e preferenciais, da mesma espécie e classe das já por eles possuídas e proporcionalmente à quantidade destas, em caso de elevação do capital social decorrente da utilização de lucros que tenham sido retidos pela Assembleia Geral, na forma do artigo 31 deste estatuto, assim como os de recursos derivados da correção monetária estabelecida na legislação aplicável à matéria. § 1º - Ficará na dependência de deliberação da Assembleia Geral a capitalização do saldo da Reserva de Reavaliação constituída em decorrência de aumento de valor atribuído a elementos do Ativo, em virtude de novas avaliações, com base em laudos periciais; § 2º - A capitalização do saldo da reserva de reavaliação, prevista no parágrafo anterior deste artigo será obrigatório quando o valor da mesma ultrapassar a 50% (cinquenta por cento) do capital social. Art. 11 - Na proporção do número de ações, espécie e classe que possuírem, os acionistas terão preferência para subscrição dos aumentos de capital. Art. 12 - Na forma da legislação especial sobre incentivos fiscais, as ações preferenciais não conferem aos seus possuidores o direito da preferência à subscrição de novos aumentos de capital. Parágrafo Único - O direito do exercício da preferência aos acionistas para subscrição de novos aumentos de capital deverá ser exercido até o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da ata da Assembleia Geral que as tiver aprovado. Art. 13 - As ações preferenciais somente poderão ser subscritas, com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, na forma do Decreto Lei nº 1376/74, combinado com o Decreto Lei nº 1419/75. Art. 14 - De acordo com o estabelecido no item II, § 9º do Artigo 2º do Decreto-Lei nº 756/69, é inaplicável às ações preferenciais a proporcionalidade

estabelecida com as ações ordinárias pelo § 2º do artigo 15 da Lei 6464/76. Art. 15 - A forma de integralização do valor das ações subscritas se dará: 1) Quando ordinárias será feita de acordo com a deliberação da Assembleia Geral ou na forma do artigo 6º, §4º deste estatuto, quando for o caso, não podendo, entretanto, a realização do saldo ser feita em prazo superior a 12 (doze) meses; 2) Quando preferenciais, obedecerá ao processo estabelecido na legislação aplicável à matéria. Art. 16 - Os títulos provisórios ou definitivos, representativo das ações, serão singulares ou múltiplos e assinados por dois diretores. § 1º - A pedido de qualquer acionista, serão pela Diretoria: 1) Convertidas suas ações nominativas em endossáveis ou estas naquelas; 2) Desdobrados seus títulos singulares em múltiplos ou reunidos estes naqueles; 3) Formalizados nos livros próprios da sociedade, as transferências de propriedade das ações, respeitado o disposto no artigo 9º deste estatuto. § 2º - Caberão aos acionistas interessados na conversão, no desdobramento, na reunião e/ou na formalização a que se refere este artigo, as despesas feitas pela sociedade e que corresponderem ao custo de aquisição de cada novo certificado utilizado em qualquer dessas alterações. CAPITULO III - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 17 - A Assembleia Geral da sociedade reunir-se-á ordinariamente nos quatro meses seguintes ao encerramento do exercício social, para fins previstos no art. 132 da Lei nº 6.404 de 1976, e extraordinariamente sempre que o exigirem os interesses sociais. Art. 18 - Ressalvados os casos previstos em lei, as deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta de votos não computados os em branco. Art. 19 - Cada ação ordinária confere a seu proprietário o direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. Art. 20 - Exceto nos casos previsto em lei, o proprietário de ações preferenciais não tem direito a voto nas deliberações da assembleia geral. Art. 21 - A assembleia geral será presidida por qualquer um dos diretores, ou em sua falta, por quem for escolhido pelos acionistas. Para compor a mesa, serão convocados um ou mais secretários, acionistas ou não, que lavrarão a ata dos trabalhos e deliberações tomadas. CAPITULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 22 - A sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita em assembleia geral, com poderes previstos neste estatuto, observadas as disposições legais aplicáveis. Art. 23 - A diretoria é composta de dois (2) diretores, sendo um diretor presidente e um diretor industrial, eleitos pela assembleia geral dos acionistas, os quais, eleitos, assinarão o termo de posse e serão investidos em suas funções. Poderão ser eleitas para a diretoria, pessoas físicas domiciliadas no Brasil, acionistas ou não, observadas as exigências e restrições legais. § 1º - O mandato dos diretores é de três anos, permitida a reeleição. Os diretores em exercício exercerão suas funções até a posse dos que forem eleitos para substituí-los. § 2º - Vagando por qualquer motivo um cargo de diretor, deverá a assembleia geral dos acionistas, eleger imediatamente novo diretor, que completará o mandato do substituído. Art. 24 - A representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, inclusive para movimentações bancárias, se exercerá isoladamente pelo diretor presidente e pelo diretor industrial, ou em conjunto com um diretor e um procurador. § 1º - No exercício da representação de que trata este artigo, poderão os diretores nele indicados praticar todos os atos que se tornem úteis ou necessários ao desempenho dessa função, sem quaisquer outras limitações além das expressamente previstas em lei ou nestes estatutos. § 2º - A constituição de mandatários da sociedade, nos termos do Art. 144, parágrafo único, da Lei nº 6.404, de 1979, será feita pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou em conjunto com o Diretor Industrial. § 3º - A título de honorários, fica atribuído o valor de até 30 (trinta) salários mínimos para os diretores da sociedade. § 4º - A assembleia geral, por seus acionistas, autorizam a sociedade a participar de quaisquer consórcios, por deliberação da diretoria, desde que o objetivo técnico dos consórcios, estejam vinculados aos objetivos sociais previstos no Artigo 3º dos estatutos sociais. § 5º - A representação da sociedade nas decisões dos consórcios a serem constituídos, será feita isoladamente pelos diretores presidente e industrial. Art. 25 - Para a venda de bens móveis ou imóveis da sociedade, bem como para caução de duplicatas em instituições financeiras, em garantia de operações contratadas, serão necessárias as assinaturas de dois diretores. Art. 26 - A prática de operações de favor em nome da sociedade, tais como fianças, avais, aceites, e outros favores semelhantes, somente poderão ser feitas com as assinaturas de dois diretores. Art. 27 - No desempenho de suas funções os administradores terão presentes os deveres e responsabilidades que lhes serão impostos pelos artigos 153 a 158 da Lei 6.404, de 1976, pelas demais legislações pertinentes e por este estatuto. CAPITULO V - CONSELHO FISCAL - Art. 28 - O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, somente funcionará nos exercícios sociais em que sua instalação for pedida na forma do artigo 161 da Lei nº 6.404, de 1976 e compor-se-á de, no mínimo três, e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes. § 1º - A Assembleia Geral que conhecer do pedido de instalação do Conselho Fiscal elegerá seus membros e fixar-lhes-á a remuneração, obedecidos os impedimentos e limites mínimos de que tratam o artigo 162, da Lei 6.404 de 1976. § 2º - O Conselho fiscal, instalado, terá o seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente, e exercerá sem qualquer limitação as atribuições que lhe são conferidas por lei. § 3º - A substituição de membros efetivos por suplentes, se fará, em regra, obedecida a ordem que estes últimos tenham sido eleitos. Mas os membros efetivos eventualmente eleitos por minorias acionárias, somente poderão ser substituídos pelos respectivos suplentes. CAPITULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL - Art. 29 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que se elaborarão as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei 6.404 de 1976. Art. 30 - Do lucro líquido apurado, depois de efetuadas as deduções permitidas em Lei, serão destinados: a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas em geral, respeitadas as vantagens legais atribuídas as ações prefe-